

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

da Silva Lobato, Sidney
ESTADO, NAÇÃO E REGIÃO NA OBRA DE ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
13, núm. 3, 2009, pp. 625-642
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526879008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESTADO, NAÇÃO E REGIÃO NA OBRA DE ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS *

*Sidney da Silva Lobato ***

Resumo. Enquanto a fase ensaísta da historiografia se encerrou no Sudeste na década de 1960, no Norte esta fase se prolongaria até a década de 1970. Na Amazônia, desde o início da década de 1930 ganharam destaque os estudos produzidos pelo historiador Arthur Cézar Ferreira Reis. Autor de dezenas de livros, Reis chamava a atenção para a importância de uma ação estatal desenvolvimentista para a região amazônica. Em consonância com os escritores do chamado *pensamento nacionalista autoritário*, aquele historiador amazonense contribuiu para o fortalecimento de uma tradição que permanentemente se renova: pensar a nação brasileira como um ente carente da ação civilizadora do Estado.

Palavras-chave: Historiografia; Amazônia; Estado-Nação.

STATE, NATION AND REGION IN THE WORKS OF ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

Abstract. Whereas the essayist phase of historiography ended in Brazil's southeastern region in the 1960s, in the country's north it would extend until the 1970s. In the Amazon, the studies by historian Arthur Cézar Ferreira Reis gained prominence since the early 1930s. Writing dozens of books, Reis called attention to the importance of developmental action by the State for the Amazon region. In concert with writers from the so-called authoritarian nationalist though, the historian contributed to the strengthening of a tradition that undergoes constant renovation: thinking a Brazilian nation as a being in need of the State's civilizing action.

Keywords: Historiography; Amazon; Nation-state

ESTADO, NACIÓN Y REGIÓN EN LA OBRA DE ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

* Artigo recebido em 29 de abril de 2008 e aprovado em 17 de junho de 2008.

** Doutorando em História Social na USP, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias (o e-mail para contato é: lobato.sidney@yahoo.com.br).

Resumen. Mientras la etapa ensayística de la historiografía terminó durante la década de 1960 en la región Sureste, en el Norte de Brasil ella se prolongó hasta la década de 1970. Desde la década de 1930, los estudios producidos por el historiador Arthur César Ferreira Reis se destacaron en el Estado de Amazonia. Autor de decenas de libros, Reis llamó la atención sobre la importancia de una acción estatal desarrollista para la región amazónica. En consonancia con los escritores del llamado pensamiento nacionalista autoritario, este historiador amazonense contribuyó al fortalecimiento de una tradición que permanentemente se renueva: pensar a la nación brasileña como un ente carente de acción civilizadora por parte del Estado.

Palabras Clave: Historiografía; Amazonia; Estado-Nación.

INTRODUÇÃO: HISTORIOGRAFIA E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

O desenvolvimento da ciência histórica no Brasil apresenta várias diferenças regionais que tornam mais complexa a análise do contexto nacional da produção historiográfica. Na década de 1930, o recrutamento de professores para a disciplina História do Brasil das nascentes faculdades de filosofia era feito entre os membros dos institutos históricos e das academias de letras, que eram preconizadores de uma orientação então muito questionada: o cientificismo (COELHO, 1994). Havia ainda, enquanto limitação para uma melhor formação intelectual dos historiadores, o pouco tempo da criação, nas faculdades de filosofia, das disciplinas *Introdução aos Estudos Históricos* e *Teoria da História*, a influência dos historiadores da literatura e a colocação em segundo plano do estudo teórico e historiográfico no ensino superior (LAPA, 1976). Contudo, mudanças significativas começaram a ocorrer nos anos 50 e 60 do século XX, quando, no Sudeste, viveu-se uma efervescência intelectual. Os debates e o aparecimento de novas teses ocorriam na Universidade de São Paulo, no ISEB e no Fórum “Roberto Simonsen” (MOTA, 1994; TREVISAN, 1988). Foram então produzidos estudos baseados teoricamente no materialismo histórico, o que dava a estas novas análises maior consistência.

Essas transformações, porém, não influíram rapidamente nas áreas muito distantes destes polos mais dinâmicos da pesquisa histórica. Isto se deve a duas razões principais: 1) instituições de pesquisa, documentos e investimentos se concentravam no Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo; e 2) a produção oriunda destes centros

tendeu a assumir o título de *história nacional*. Assim, por exemplo, a industrialização paulista pôde assumir o título de “história da industrialização brasileira” e o operariado paulista tornou-se o paradigma da história da classe operária no Brasil (JANOTTI, 1998). No início da década de 1960, em outras regiões, a produção historiográfica era ainda bastante tímida — momento em que, segundo José Roberto do Amaral Lapa, ocorria no Sudeste a *“montagem de uma infraestrutura organizatória”* para a pesquisa em história (LAPA, 1985, p. 37). Mesmo em 1985, a situação de grandes disparidades regionais no campo da pesquisa histórica era evidente, pois havia no Brasil dezesseis cursos de pós-graduação em história, dos quais nove se localizavam na Região Sudeste, quatro na Região Sul, dois no Nordeste, dois no Centro-Oeste e nenhum no Norte (LAPA, 1985, p. 39-40). Deste modo, podemos observar o grave desequilíbrio no processo de institucionalização da pesquisa acadêmica em História, sendo maior a desvantagem do Norte em relação ao Sudeste. Todavia, antes da década de 1980, alguns acontecimentos já indicavam uma nova tendência na aparente situação estacionária da produção historiográfica da região amazônica.

Geraldo Mártires Coelho analisa o início da superação do ensaísmo e do modelo de produção do conhecimento histórico oriundo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na Amazônia. O marco inicial desta superação teria sido a introdução, no início da década de 1970, das disciplinas antropológicas no curso de história da Universidade Federal do Pará. Antes disto, os historiadores teriam seguido o modelo historiográfico do IHGB, produzindo *“uma crônica oficializada do poder e da conquista, de governadores e de generais, de potentados e de bispos, extremamente regionalizada e localizada”* (COELHO, 1994, p. 182). Sob o influxo da economia e da antropologia, passou-se, no início dos anos 70, *“a visitar o passado com instrumentos teóricos adequados à compreensão do sentido processual da cultura, vale dizer, da história”*, afirma Mártires Coelho. Tratar-se-ia, segundo o autor, do abandono de uma fase predominantemente ideológica e início da produção de discursos a partir da *“complexa representação da identidade cultural amazônica”* (COELHO, 1994, p. 183).

Entre os nomes que marcaram a fase ensaísta da historiografia amazônica, a qual se prolongou até o começo dos anos 70, merece destaque o de Arthur César Ferreira Reis, pelo volume de sua ambiciosa obra (mais de 30 livros, vários artigos de revista e capítulos de coletâneas publicados), que abrange a história da Amazônia da conquista territorial

ao período mais recente. Arthur César Ferreira Reis participava da percepção de desenvolvimento nacional dos autores do chamado pensamento nacionalista autoritário, representados por Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e outros. Este pensamento é a base intelectual da história regional de Arthur Reis, bem como a base de suas apropriações dos discursos historiográficos divergentes. O envolvimento profundo deste intelectual amazonense com os estudos históricos e com as questões político-sociais do seu tempo indica a relevância da análise de sua produção para aprofundar a discussão da relação entre texto e contexto.

A princípio, impressiona o volume e a amplitude da obra de Arthur Reis, a qual se baseia numa pesquisa documental de grande fôlego e estabeleceu marcos cronológicos, questões e interpretações sobre a história da Amazônia. Não obstante, esta ampla produção historiográfica não encontrou ainda tantos interlocutores dispostos a analisar e revisar suas propostas. Os historiadores interessados em pesquisar o passado do Norte do Brasil dificilmente poderão evitar a interlocução com a obra pioneira de Arthur Reis. Ao discutir os pressupostos que norteiam o discurso histórico deste historiador, objetivamos contribuir com a prática da revisão historiográfica e com o amadurecimento teórico e metodológico dos novos estudos sobre a história da Amazônia e, quiçá, do Brasil.

A percepção da temporalidade da obra de Arthur César Ferreira Reis nos ajuda a identificar o ponto onde estamos (o estado atual da historiografia), uma vez que nos impõe a delimitação dos condicionantes históricos do trabalho de um historiador que, embora perseguisse a verdade objetiva, não pôde fugir às interferências da sua subjetividade socialmente construída. A politização do discurso historiográfico deste historiador, como elucidaremos adiante, foi profundamente determinada por sua finalidade pragmática.

A identificação das matrizes gerais da obra de Arthur Reis foi nossa principal preocupação na pesquisa. Neste capítulo destacaremos as ideias que constituem a estrutura axial do pensamento de Arthur Reis, analisando algumas de suas principais obras e perseguindo os vínculos que elas mantêm com a experiência vivida por esse historiador. Convém, no entanto, privilegiar, no amplíssimo quadro do que chamamos *experiência vivida*, aquele processo de formação de certa representação de intelectual.

A EXPERIÊNCIA DE VIDA

Nascido em Manaus em oito de janeiro de 1906, Arthur César Ferreira Reis teve a oportunidade de obter uma boa formação escolar, uma vez que era filho de um respeitado jornalista: Vicente Torres da Silva Reis. Estudou em escolas amazonenses e na Faculdade de Direito de Belém, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos superiores, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais em 1927. Segundo o próprio Arthur Reis, sua ida para o Rio de Janeiro lhe ensejou contatos que aprofundaram seu interesse pelos estudos históricos, que surgira já no curso secundário do Ginásio Amazonense:

Vindo para o Rio de Janeiro, cursar a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, única existente no Brasil, encontrei ali novo ambiente, representado: no Secretário da Faculdade, Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e chefe dos serviços financeiros da Faculdade; no historiador Rodolfo Garcia, também daquele Instituto Histórico e mais tarde diretor da Biblioteca Nacional. Ambos me incentivaram, indicando-me inclusive, o que deveria ler para ampliar meus conhecimentos (REIS, 1987, p. 49).

De volta a Manaus, Arthur Reis assumiu o cargo de redator-chefe do *Jornal do Correio*, de seu pai. Em 1935 tornou-se professor de Economia Política e Ciências das Finanças da Faculdade de Direito do Amazonas. A crescente visibilidade que obteve no meio intelectual culminou na sua eleição para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 4 de dezembro de 1935. Já havia escrito *História do Amazonas* (1931) e *Manaus e outras vilas* (1934), por sugestão de Capistrano de Abreu, que tinha sido seu preceptor no Rio de Janeiro (REIS, 1987, p.49). Vicente Tapajós assevera que estes dois livros “foram, sem dúvida, o principal título a trazê-lo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (TAPAJÓS, 1987, p. 38).

Em 1938 mudou-se para Belém, onde passou a lecionar História do Brasil em vários educandários e atuou como colaborador dos jornais *O Estado do Pará* e *Folha do Norte*. Sua estadia em Belém possibilitou-lhe, também, realizar amplas pesquisas no Arquivo Público e na Biblioteca do Pará. Enfatizando a importância destas pesquisas, Arthur Reis comentou: “Posso dizer que o que eu sei sobre a Amazônia, aprendi nos anos que vivi em Belém, entre 1938-1945, graças ao Arquivo do Pará” (REIS, 1993a, p. VII-

VIII). O livro *A política de Portugal no vale amazônico*, lançado em 1939, é a obra emblemática desta nova fase de suas pesquisas.

A partir de 1946 Arthur Reis começou a exercer uma série de funções na burocracia estatal federal: de 1946 a 1953 chefiou a Divisão de Expansão Econômica e em 1953 foi convocado pelo presidente da república — Getúlio Vargas — para dirigir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Este organismo, de acordo com a legislação que o criou, tinha como principal objetivo “*melhorar os padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país*”. Aquele historiador permaneceu nessa Superintendência até 1955 e, em 1956 assumiu a presidência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Além destas, Reis, mais tarde, exerceu as funções de Diretor do Departamento de História e Divulgação do Estado da Guanabara (1961) e Diretor do Departamento Nacional da Indústria, do Ministério da Indústria e Comércio.

Após o golpe militar de 1964, Arthur Reis foi eleito Governador do Estado do Amazonas pela Assembleia Legislativa. Quando terminou seu mandato de governador, foi convidado a integrar, no Rio de Janeiro, o Conselho Federal de Cultura, do qual por vários foi o presidente. Também foi professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Como já lembramos, as proposições de Arthur Reis foram geradas no interior de um dinâmico diálogo entre o autor e o seu tempo. Por outro lado, de 1930 até meados da década de 1960, foi crescente o seu envolvimento político. Por isso, como veremos a seguir, seus postulados se referem às questões que eram mais inquietantes para a intelectualidade brasileira de então, ou seja, as relacionadas aos rumos da política nacional.

A maior parte da atividade política e não pequena parte da atividade de pesquisa de Arthur Reis se desenvolveram na Amazônia — região que, pouco integrada ao restante do Brasil, guardava certas especificidades. No entanto Arthur César Ferreira Reis tinha livre trânsito nos centros intelectuais do Sudeste, onde, a partir da década de 1930, processava-se uma modernização social e intelectual que se expressava nas inovadoras abordagens da história de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, e na fundação das faculdades de filosofia em São Paulo e Rio de Janeiro (COELHO, 1994). É também neste momento que Arthur César Ferreira Reis tem suas primeiras obras

publicadas (em 1931 publica-se seu primeiro livro: *História do Amazonas*, em Manaus).

Enfraquecidas pela crise engendrada pela "Grande Depressão" de 1929, as oligarquias paulista e mineira recuavam de sua posição hegemônica ante a organização de forças políticas de oposição ao desenvolvimento da industrialização e urbanização no Sudeste e à centralização administrativa do Estado. O projeto político varguista caminhava no sentido contrário ao da Constituição de 1891 (que fortalecia o poder dos estados), ou seja, operava uma centralização política e administrativa. Como afirma Márcia Mansor D'Aléssio, o projeto político dos que fizeram a chamada Revolução de 1930 "*visava, acima de tudo, neutralizar os poderes locais que impediam uma orientação unificada na condução do país*" (D'ALÉSSIO, 2002, p. 161). A elite política do governo varguista promoveu uma gradual ampliação do aparelho estatal a fim de se sobrepor aos localismos e regionalismos oligárquicos. A vasta obra do historiador amazonense Arthur Reis, inserida neste movimento conjuntural, realiza um diagnóstico do desnível socioeconômico da região amazônica em relação às demais regiões do Brasil - situação que, segundo o mesmo historiador, não deveria persistir, pois constituía um sinal de imaturidade do país, uma vez que "*um Brasil potencialmente forte, não podia ser considerado na base de regiões fortes e regiões fracas, regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas*" (REIS, 1994, p. 112). Para o autor, tal situação constituía também uma ameaça à manutenção da soberania nacional sobre a Amazônia, porque "*a unidade [só] teria uma estrutura definitiva com o nivelamento de todos*" (1994, p. 112). A integração econômica das regiões que compunham o país como imperativo da ação estatal se realizaria pela colocação das forças econômicas ativas sob a hegemonia do Estado. Nestes termos, Arthur César Ferreira Reis pretende que sua obra tenha como sentido maior a realização de uma conscientização deste preceito de que só o Estado poderia consolidar a Nação, pela evocação das lições que a história teria a dar às elites e ao próprio povo. Para tornar mais claro o processo de constituição de um sentido maior na narrativa histórica escrita por Reis, passamos a analisar algumas de suas mais representativas obras, selecionadas dentre aquelas escritas após suas pesquisas no Arquivo Público do Pará.

A AÇÃO DESENVOLVIMENTISTA DO ESTADO NA AMAZÔNIA

Na década de 1930 se insinuavam vários projetos de direcionamento das energias sociais. A obra de Arthur Reis, como já dissemos, não escapava às implicações das tensões em torno da crise do liberalismo no Brasil e no mundo. Insatisfeito com o Estado mínimo liberal, Arthur Reis destaca o papel civilizador do Estado. A ação estatal teria como diretriz a constituição de uma ordem socioeconômica capitalista na Amazônia por meio de uma obra técnica. E *"técnica porque não pode ser promovida mantendo-se os sistemas de rotina até então em uso na região"* (REIS, 1994, p. 113). A denúncia do atraso da região amazônica justificaria a intervenção técnica do Estado, intervenção que objetivava a consolidação do capitalismo nacional.

Já em *A política de Portugal no vale amazônico*, o autor destacava a importância da intervenção estatal para o progresso da região amazônica. Reis argumenta que Portugal mantinha, no período colonial, uma política bem-definida em relação ao Extremo Norte: *"[...] não política liberal, de produção desorientada"*, mas de uma *"política econômica em que se pode sentir a existência de um plano"*, mais especificamente de um *"plano de valorização, como é da técnica atual"* (REIS, 1993a, p. 110). Arthur Reis afirma nesta obra que a conquista da Amazônia contou com os cuidados oficiais que lhe havia trazido a aparelhagem governativa, a fim de regular a sociedade nascente (1993a, p. 23-26), e que este especial interesse da metrópole fazia frente aos olhares cobiçosos dos estrangeiros (1993a, p. 29). O direcionamento da economia seria a garantia de que as energias regionais fluiriam rumo à escala das civilizações europeias.

Livro lançado pouco depois da instituição do Estado Novo, *A política de Portugal no vale amazônico* define as questões mais amplas das pesquisas de Arthur Reis relativas à Amazônia, de forma que cada um dos seus capítulos se desdobrará depois no tema de outros livros. Este livro foi dedicado a Getúlio Vargas e a Salazar, bem como à aproximação entre o Brasil e Portugal. *A política de Portugal* constitui um esforço de interpretação da expansão, estruturação e manutenção do domínio do Estado português sobre a Amazônia, enfatizando que havia um esforço diligente de Portugal em relação à garantia do domínio do vale amazônico (1993a).

Quase dez anos depois do lançamento de *A política de Portugal*, ou seja, no ano de 1948, Arthur Reis lança outra obra que consideramos fundamental para a análise das matrizes de suas formulações acerca da

região amazônica: *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*, apresentado em dois volumes - respectivamente *A fronteira colonial com a Guiana Francesa* (primeiro volume) e *A fronteira com as colônias espanholas* (segundo volume). No primeiro volume Reis objetiva analisar o processo de “*criação da nação brasileira*”, reivindicando atenção para a contribuição da Amazônia para este processo — contribuição que consistiria na própria experiência histórica de conquista territorial desta região e de manutenção da posse luso-brasileira sobre ela (REIS, 1993b), no movimento de avanço da fronteira dos domínios luso-brasileiros que parte do Nordeste e no heróico empenho de manutenção deste domínio por índios (aliados) e portugueses, que se unem, se amalgamam, originando a mamelucada — afirmação da unidade social e primeira geração de brasileiros (REIS, 1993b).

Ainda no primeiro volume de *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*, seu autor argumenta que, como os monarcas franceses (no início do século XVII) combatiam os interesses do rei da Espanha (que então também governava o reino português), era premente expulsar o invasor francês do domínio ibérico. Neste sentido, ter-se-ia feito uma irradiação na costa leste-oeste, objetivando alcançar o Amazonas. Reis igualmente afirma que a esta incorporação territorial segue-se o “*ciclo das guerras contra os hereges*”, o que enseja o heroísmo militar de uma etapa gloriosa da formação brasileira e da defesa da unidade territorial (REIS 1993b, p.: 23-45). A constituição da unidade nacional seria sempre a luta do espírito de nacionalidade (de portugueses e índios aliados) contra a cobiça (ambição econômica dos “invasores” franceses, ingleses e holandeses). Não há dúvida, porém, de que os heróis nacionais que representam aquele espírito são os membros da elite política. A nação brasileira se forja na identificação dos indígenas com os objetivos dos agentes do Estado português.

No segundo volume de *Limites e demarcações*, Arthur Reis assevera que da parte portuguesa verificava-se uma decisão pela ocupação e ampliação da fronteira na Amazônia, decisão que se teria concretizado numa série de iniciativas. Este autor afirma que a Espanha não via atrativos econômicos na Amazônia e que seus agentes, limitados pela “*muralha andina*”, concentraram seus esforços na defesa da bacia platina. Enquanto isso, Portugal pôde dispor de vários elementos, “*todos solidarizados no objetivo de levar a frontera (sic.) à alta hinterlândia*” (REIS, 1993c, p. 24). A consolidação da soberania do Estado lusitano sobre os sertões amazônicos teria se dado com a assinatura do Tratado de Madri,

que, segundo Arthur Reis, atesta a superioridade do esforço luso-brasileiro pela integração da Amazônia ao domínio de Portugal. Os missionários jesuítas espanhóis teriam assegurado o Napo à Espanha, contudo, a ocupação por eles empreendida não teria sido nem serena nem ininterrupta (REIS, 1993c, p. 17-19).

Em 1949 Arthur César Ferreira Reis lançou o livro *Território do Amapá: perfil histórico*, que pode ser considerado como uma continuidade dos estudos empreendidos no primeiro volume de *Limites e demarcações*; porém neste, conforme o que já afirmamos, a preocupação principal dizia respeito ao processo de formação da nação brasileira — focalizando-se a experiência específica da união dos elementos da sociedade colonial (sobretudo portugueses e índios) na Amazônia pela defesa de seu território. Já em *Território do Amapá* o processo em análise é o da consolidação da unidade nacional através da valorização econômica do espaço amazônico, especialmente do Amapá, que deveria ter sua “*barbaria regional*” combatida, a fim de que fosse integrado ao “*organismo brasileiro*”. Este discurso evidencia uma forte influência da retórica desenvolvimentista que predominou na intelectualidade brasileira nas décadas de 1940 e 1950. O Amapá, segundo Arthur Reis, integrado ao espaço político brasileiro, só recentemente teria começado a participar do ritmo de trabalho que nos distingue como civilização (REIS, 1949).

Em *Território do Amapá: perfil histórico*, é enfatizado que o presidente Getúlio Vargas criou os territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu amparado legalmente pela constituição de 1937, portadora do preceito do “*campo territorial*” — áreas que o governo federal poderia tirar do poder dos Estados. No entanto, a razão do livro parece ser a de argumentar aos leitores que havia raízes mais remotas “[...] *que é momento de recordar*”: raízes que autorizavam “*a execução de uma política de valorização do vale amazônico e de outros trechos do espaço brasileiro, pela criação de áreas territoriais dirigidas diretamente pelo Poder Federal*” (REIS 1949, p. 114). Trata-se de uma alusão à ação colonizadora portuguesa, especialmente a do período do consulado pombalino, quando o Estado metropolitano empreendeu várias ações no sentido de assegurar seus domínios territoriais e de valorizar economicamente os estados do Grão-Pará e Maranhão.

Como já afirmamos, a partir de 1946 Arthur Reis passou a ocupar uma série de funções públicas. No ano da publicação de *O seringal e o seringueiro* (1953), este intelectual foi convocado para a presidência do SPVEA. Este livro foi escrito por Arthur Reis por encomenda do Serviço

de Informação Agrícola do governo federal, que lhe pedia “*reconstituir, ao lado do panorama geográfico e da evolução histórica da região, o ambiente do homem, este em seus trabalhos quotidianos, em suas manifestações espirituais e materiais, em suas relações sociais*” (REIS, 1953, p. 8). Seguindo este indicativo, Reis apresenta as estruturas e a dinâmica da vida nos seringais amazônicos e da economia da exploração da borracha (1953, p. 82-84). Neste livro Arthur Reis destaca as peculiaridades da configuração social e da experiência histórica da Amazônia e enfatiza também a importância da atuação estatal no processo da colonização portuguesa naquela região.

Afirma-se que a irradiação [portuguesa na Amazônia] foi obra de missionários ou de sertanistas, preocupados unicamente com a coleta da especiaria, a “droga do sertão”, da terminologia da época, e com a catequese da multidão indígena [...]. Em toda essa empresa de expansão, no entanto, não é possível deixar de atender a que ela se processou em obediência a um objetivo de natureza política de que o religioso e o econômico eram partes integrantes, aspectos particulares (REIS, 1953, p. 27).

Em sua explicação sobre a conquista da Amazônia, Reis afirma que seu processo de ocupação pode ser dividido em duas fases: a da colonização portuguesa, na qual os portugueses teriam plasmado os mamelucos “*com aquela plasticidade maravilhosa*”; e a da exploração das héveas, de 1850 em diante (1953, p. 21). Em *O seringal e o seringueiro* ele se ocupa, sobretudo, desta segunda fase. Arthur Reis, tomando as análises de Gilberto Freyre como referencial, afirma que na Amazônia também vigiam, até meados do século XIX, os sistemas da Casa Grande e Senzala e pastoril; mas com a exploração da borracha o Extremo Norte teria sido integrado à civilização brasileira e teria sido dotado de personalidade própria, abandonando os sistemas nordestinos para se tornar a região dos gomais (1953, p. 46-47).

Em que pese à coerência argumentativa de Arthur Reis no decorrer dos anos, podemos perceber certas modificações em sua obra, principalmente a partir da década de 1950, quando a densa fundamentação empírica é substituída por numerosas referências aos textos anteriormente publicados. Os livros e conferências se tornam repetitivos. Não por coincidência, este é o período em que esse historiador passa a se envolver em diversas funções públicas. Podemos supor que as novas preocupações e exigências da vida política dificultaram a manutenção do seu ritmo anterior de produção de pesquisas. Nota-se também uma maior preocupação com o período

recente da história da Amazônia, na qual determinadas práticas podem ser desaprovadas pelo autor, que para isso evoca as lições das experiências históricas mais remotas, numa atualização da história como *magistra vitae*.

Exemplos desta produção recente são os livros *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia* e *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Ambos são coletâneas de artigos e conferências lançadas em 1966, quando Arthur Reis ocupava o cargo de Governador do Estado do Amazonas. Em *A Amazônia e a integridade do Brasil* Arthur Reis retoma a temática da valorização da região amazônica (REIS, 1966a) e em *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia* encontramos a tese de que, mais do que o povo, o sujeito da domesticação do espaço amazônico foi o governo português. Reis afirma: “*Tentamos a proposição de aspectos dessa presença política [de Portugal] que envolveu a ação econômica, social e cultural, representada na série intensa de ações de governo, dentro de um planejamento concebido*” (REIS, 1966b, p. 10). Nestes dois livros Arthur Reis repete a proposição desenvolvida no primeiro volume de *Limites e demarcações* de que, enquanto os estrangeiros (franceses, ingleses e holandeses) eram cobiçosos, mercantis e imperialistas, o português se movia por uma “*vontade disciplinada*”, desenvolvendo uma ação mansa e segura (1966b, p. 44).

É em *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia* que Arthur Reis afirma que a lusotropicalização da terra amazônica, além de conquista espiritual e cultural, foi operação de reconhecimento ou indagação pormenorizada (1966b). Reis assevera que na Amazônia é que Portugal teria vivido a sua mais viva e curiosa experiência tropical, e nela teria instituído uma “*política de convivência harmônica*” (1966b, p. 247) e “*um equilíbrio magnífico de grupos étnicos*” (1966b, p. 312). Gilberto Freyre aplaude estes argumentos afirmando que “*notável é a contribuição que para uma interpretação lusotropical da Amazônia hoje brasileira vêm trazendo o Professor Arthur Reis e seus discípulos*”. Pouco depois o autor de *Casa-Grande e Senzala* afirma: “*Especialista em matéria regional que não se esquece do conjunto não apenas nacional como binacional a que pertence a mesma matéria quer como paisagem, quer como história ou como cultura: resposta, primeiro portuguesa, depois lusobrasileira, ao desafio, ao homem civilizado, da selva mais agrestemente tropical com que se tem defrontado um povo moderno em qualquer parte do mundo*” (FREYRE, 1964, p. 7). Mas a tese de Freyre do equilíbrio entre antagonismos — de que o processo de miscigenação ampliava os espaços em que os conflitos sociais eram dissolvidos — ganhou um novo sentido nos escritos de Arthur César Ferreira Reis: a miscigenação passou a ser considerada

como parte de um amplo projeto político e não mais como decorrência da plasticidade do povo português. Em processo de formação, a Nação teria sido até então dirigida pelo Estado ao amadurecimento e aos patamares da civilização; mas este processo civilizador ainda estaria inacabado.

Esta concepção de história enquanto registro da ação civilizadora do Estado foi introduzida no Brasil pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (GUIMARÃES, 1988; SCHAPOCHNIK, 1993), no qual, conforme o que já afirmamos, Arthur Reis ingressou em 1935. No entanto, na década de 1930 este enaltecimento da ação civilizadora do Estado ganhou novo significado: a dimensão de crítica ao modelo liberal de Estado. Ainda no decorrer da chamada República Velha, as teses do pensamento autoritário condenavam explicitamente o liberalismo político e propunham um projeto alternativo de organização social. A contestação do *status quo* se fundamentava na constatação de que os princípios liberais tinham sua efetivação estorvada pela força das práticas oligárquicas. Os intelectuais do pensamento autoritário também acreditavam que eles poderiam orientar as elites e a Nação no contexto da crise do liberalismo desencadeada em 1929. A nova ordem interna que apregoavam seria firmada sob o signo de um Estado forte (BEIRED, 1999). Os intelectuais de direita (de alguns setores da Igreja Católica, da Ação Integralista Brasileira e do polo cientificista, enquadrado “na tradição positivista da intelectualidade brasileira”), segundo José Beired, tinham como projeto para a sociedade brasileira a “*instituição de um Estado autoritário-corporativo; industrialização, nacionalismo econômico e intervencionismo estatal na economia; reespiritualização da sociedade e do Estado; e imperialismo militar*” (BEIRED, 1999, p. 533).

PALAVRAS FINAIS

Os enfrentamentos políticos da década de 1930 e do início da década de 1940 forçavam jovens intelectuais como Arthur Reis a se posicionarem diante dos diferentes projetos de reorganização da sociedade brasileira. As leituras escolhidas acabavam por identificar os posicionamentos, na medida em que a produção intelectual — em especial a concernente às ciências sociais — estava voltada para preocupações de ordem política. Neste sentido, Antônio Cândido afirma que para os moços da esquerda *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo* foram trazendo elementos de uma visão do

Brasil que *“parecia adequar-se”* aos seus pontos de vista. Traziam para eles *“a denúncia do nosso preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos elementos ‘patriarcais’ e agrários, o discernimento das condições econômicas e a desmistificação da retórica liberal”* (CANDIDO, 1995, p. 11). Por outro lado, os jovens de direita tendiam a rejeitar aquelas obras, ou, na medida do possível, a *“ajustar ao menos”* Gilberto Freyre aos seus desígnios. Estes moços da direita, ainda segundo Cândido, tomavam como leituras preferenciais *“autores mais antigos, com orientação metodológica do tipo naturalista ou (no sentido amplo) positivista, como Oliveira Viana e Alberto Torres, dos quais tiravam argumentos para uma visão hierárquica e autoritária da sociedade”* (CANDIDO, 1995, p. 11).

É clara a influência na obra de Arthur Reis das leituras de obras de autores do chamado pensamento nacionalista autoritário. Percebe-se o compromisso de Arthur Reis com as ideias desta corrente, por exemplo, quando afirma que a valorização da Amazônia é uma obra política *“porque empreendimento do Estado e não a cargo da iniciativa privada, o que não significa que a contribuição desta seja desprezada ou ignorada pelo poder público”* (REIS, 1994, p. 113). O Estado, para aquele historiador, era o sujeito da valorização da região amazônica, o único que poderia libertá-la do *“sistema de rotina”* nela dominante, das formas indígenas e rústicas de cultivo da terra e de extrativismo, signos de seu atraso. A sua identificação com os grupos políticos de direita ganhou visibilidade já nos seus primeiros estudos e escritos históricos.

A apologética do Estado forte, interventor e subjugador de uma nação imatura e/ou defeituosa foi esboçada por Alberto Torres em textos muito celebrados nas décadas de 1930 e 1940. Este escritor afirmava *“que aos intelectuais caberia forjar tanto uma ‘consciência nacional’ quanto os ‘rumos’ da política brasileira”* (TORRES, apud BEIRED, 1999, p. 534). Torres preconizava que os intelectuais possuíam uma missão de salvação nacional, que implicava na sua participação direta na política do Estado junto às classes dirigentes. É neste sentido que assevera:

Tenho procurado, em meus estudos, chamar a atenção de meus patrícios e, particularmente, dos que nos governam, para este facto, comum às nacionalidades modernas de origem colonial, mas, no Brasil, excepcionalmente notável: a ausência do espírito nacional ‘prático’, da solidariedade patriótica fundada na consciência dos interesses comuns a todos agrupamentos políticos, religiosos, económicos, geográficos, comerciais e industriais. Esta solidariedade, quase instintiva nas velhas nações, onde é obra secular de relações, de trocas e de apoio

mutuo, só pode surgir, em novas e extensas nacionalidades, com a forma de um móvel consciente e como conhecimento objectivo das necessidades permanentes do país, superiores às divergências e divisões do presente e à sucessão das gerações. No Brasil, com mais forte razão, o estudo da síntese nacional, e o trabalho de educação da opinião e de arregimentação dos espíritos em torno de um programa e de um ideal, é, por força da nossa conformação geográfica, mais difícil e mais necessário (TORRES, 1914, p. 84 – ortografia atualizada)).

Alberto Torres atribui à elite política — da qual fariam parte os intelectuais — a missão de consolidar a *“solidariedade patriótica”* ou, em outras palavras, de levar a Nação ao estado de maturidade. Tal empresa consistiria na conscientização dos brasileiros de que possuíam um passado comum, representado numa *“síntese nacional”*, e um programa que visava atender às necessidades e interesses comuns. A nação brasileira, neste caso, desprovida de uma autoconsciência, não tinha condições de engendrar o próprio desenvolvimento, ou a sua emancipação em relação ao imperialismo econômico estrangeiro, portanto ela precisaria do direcionamento firme do governo e da intelectualidade.

A representação de intelectual que se pode perceber na obra de Arthur Reis também muito deve à pregação de Alberto Torres. A integração da Amazônia ao processo de modernização draconiana, conduzida *“por um ato de coragem de homens e de autoridades”* (REIS, 1966a, p. 12) fazia parte, para aquele pesquisador amazonense, de um processo de consolidação da Nação brasileira, como podemos perceber na sua *“Apresentação”* ao livro *A Amazônia e a integração do Brasil*.

Visamos, parece claro, mostrar qual a nossa contribuição à unidade brasileira, unidade que se consubstancia na pluralidade de aspectos físicos, na diversificação quase imensurável da produção, mas se concretiza nos anseios espirituais, nos vínculos de sangue, nos sentimentos objetivando sempre a uma mais intensa e mais decisiva solidariedade de tipos, de classes, de ordem social (1966a, p. 12-13).

A representação de *“Amazônia”* como um espaço de experiência histórica forjadora da unidade nacional contribui para a corroboração do ideal de uma *“solidariedade patriótica”* na qual estejam dissolvidas as diversidades de tipo e de classe social. Numa extensa nacionalidade, como o Brasil, a integração de domínios físicos diversos testemunharia a

existência de uma comunhão de anseios e de vínculos profundos: “os êxitos que alcançamos sobre a paisagem física já constituem uma evidência muito positiva de que somos, realmente, uma Pátria indivisível” (REIS, 1966a, p. 13). O caráter pragmático do conhecimento histórico elaborado a partir desta representação de “região” reside na lição edificante da vitória de um espírito ou sentimento (nacional) sobre os apelos da diversidade natural de uma área extensa como o território brasileiro. A vitória do homem — não o homem universal, mas o nacional — sobre a natureza constituiria o cerne do processo civilizatório, do qual o Estado seria o sujeito.

O pensamento autoritário enfatizava a necessidade de um Estado quase onipresente e com um projeto de desenvolvimento social que disciplinasse as energias sociais, culturais e econômicas presentes na Nação. Nas suas análises sobre o atraso ou a “*barbárie regional*” da Amazônia, Arthur Reis argumentava que da valorização econômica da região amazônica dependia a consolidação da soberania brasileira sobre o Norte. Segundo aquele historiador, diante da cobiça internacional pelas terras amazônicas eram urgentes medidas que justificassem a soberania nacional perante a opinião mundial. Interessado nas medidas relativas à “*segurança nacional*”, inspiradas nos ideais nacionalistas do pós-30, Reis realizou diversos estudos sobre a política de conquista territorial e de manutenção das fronteiras do governo português no Brasil colonial (isto para apresentar tais fronteiras como um patrimônio nacional que teríamos legado do heroísmo de nossos ancestrais comuns). Já no pós-64, interessou-se pelas iniciativas do governo federal brasileiro no sentido de racionalizar e explorar os recursos naturais e humanos da Amazônia, opondo-se ao grupo pertencente à cúpula militar do regime ditatorial, que tendia ao favorecimento da ação do capital internacional nesta região.

REFERÊNCIAS

BEIRED, José Luís Bendicho. Intelectuais e autoritarismo no Brasil e na Argentina. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; IOKOI, Zilda M. Gricoli (orgs.). *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. São Paulo: Humanitas/ANPUH, 1999.

CANDIDO, Antônio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COELHO, Geraldo Mártires. História e Identidade Cultural na Amazônia. In: D'ÍNCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UNB, 2002.

FREYRE, Gilberto. A Amazônia brasileira e uma possível lusotropicalologia. Rio de Janeiro: SPVEA, 1964.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

LAPA, José Roberto Amaral. *A história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LAPA, José Roberto do Amaral. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira. 1933 – 1974*. São Paulo: Ática, 1994.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. Palavras de agradecimento. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 148, n. 354, p. 1-140, jan. mar. 1987.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. *A política de Portugal no vale amazônico*. 2 ed. Belém: SECULT, 1993a.

REIS, Arthur C.F. *Limites e Demarções na Amazônia Brasileira*. 2 ed. Belém: SECULT, 1993b, vol. 1.

REIS, Arthur C.F. *Limites e Demarções na Amazônia Brasileira*. 2 ed. Belém: SECULT, 1993c, vol. 2.

REIS, Arthur César Ferreira. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REIS, Arthur César Ferreira. A valorização da Amazônia. In: *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Belém: SECULT, 1994.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966a.

REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966b.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Como se escreve a história? *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 67-80, set. ago. 1993.

TAPAJÓS, Vicente. Homenagem a Arthur César Ferreira Reis: 50 anos no IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 148, n. 354, p. 1-140, jan. mar. 1987.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

TREVISAN, Maria José. Anos 50: os empresários e a produção cultural. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 8, n. 15, p. 139-156, set. fev. 1988.

